

EDITAL DE LEILÃO Nº 001/2024

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA – TCERR** torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade Leilão, na forma **ON LINE**, do tipo maior lance, pelo Leiloeiro Público Oficial Wesley Silva Ramos, Matrícula JUCERR nº 005/2016, para alienação de bens inservíveis pertencentes ao acervo patrimonial desta Corte, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/21, Decreto-Lei nº 21.981/32, com suas alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 01/02/1933, Instrução Normativa nº 52 DE 29/07/2022.

1. DA SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO.

1.2 DATA: 19/08/2024

1.3 HORÁRIO: 10h (horário de Brasília).

1.4 ENDEREÇO ELETRONICO: www.wrleiloes.com.br

2. DO OBJETO.

2.2. O presente Leilão tem por objeto a alienação de Veículos inservíveis, pertencentes ao patrimônio do Tribunal de Contas de Roraima, conforme Laudo Técnico de Avaliação e valores do Anexo I deste edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO DO LEILÃO ON LINE.

3.2. Poderão participar deste Leilão na sua forma ELETRONICA os interessados que tiverem previamente cadastrados por meio do sítio www.wrleiloes.com.br.

3.2.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Leilão na sua forma Eletrônica deverão dispor de login e senha válidos obtido junto ao administrador do sítio que hospeda o Leilão com no mínimo 03 dias de antecedência a data da Sessão.

3.2.2. O uso da senha de acesso pelo interessado é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer Transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCE-RR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por Terceiros.

3.3. Por força do Art. 195, parágrafo 3º, da Constituição Federal é obrigatória a exigência de regularidade fiscal junto ao INSS.

3.4. Não será admitida a participação de:

- a) Servidores ou magistrados do Tribunal de Contas do Estado de Roraima;
- b) Pessoas naturais menores de 18 anos desde que não emancipadas;
- c) Leiloeiro e sua equipe;
- d) Pessoas físicas ou jurídicas impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Contas do Estado de Roraima ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/21.

4. ESTADO DE CONSERVAÇÃO E CONDIÇÃO DOS BENS.

4.2. Os bens serão vendidos em caráter "AD CORPUS", no estado de conservação e condição em que se encontram, não cabendo, pois, ao Leiloeiro, nem ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima, qualquer responsabilidade posterior, como concessão de abatimento no preço em decorrência de suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, ou mesmo por conta de vícios redibitórios, consertos, reparos, reposição de peças com vício(s), defeito(s) ou ausentes, e providências quanto à sua retirada e transporte após arrematação, pressupondo-se terem sido previamente examinados os bens, bem como conhecidos e aceitos os termos do certame pelos licitantes.

4.3. O Arrematante não poderá, em hipótese alguma, reclamar desconhecimento dos materiais a serem

leiloados e nem recusar a arrematação. Sendo assim, a **VISITAÇÃO DOS BENS TORNA-SE OBRIGATÓRIA**, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens, objetos do presente leilão.

4.4. Considerando que o Leilão consiste em modalidade de licitação, o Tribunal de Contas do Estado de Roraima e o Leiloeiro não se enquadram na condição de fornecedores ou comerciantes nos termos da lei, ficando eximidos, assim, de qualquer responsabilidade por vícios ou defeitos, ocultos ou não.

5. DA VISTORIA DOS BENS.

5.2. Para que os interessados possam conhecer previamente os bens a serem leiloados, a visita poderá ser [agendada pelo e-mail: atendimento@wrleiloes.com.br](mailto:atendimento@wrleiloes.com.br) ou pelo telefone **0800-423-0000**.

5.3. Será permitida apenas a avaliação visual, vedados quaisquer outros procedimentos como manuseio e/ou retirada de peças dos bens em leilão.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

6.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, e a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de leilão perante a Administração o licitante que não o fizer até o primeiro dia útil que anteceder a abertura do leilão, indicando as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, devendo ser observado o disposto no artigo 165 da Lei 14.133/21.

6.4. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

6.5. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

a) O número deste Leilão, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido, o e-mail para resposta e o número de telefone;

b) A exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

6.6. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados para o endereço eletrônico: wesleyleiloeiro@gmail.com

6.7. O Leiloeiro decidirá sobre a impugnação ou o pedido de esclarecimento.

6.8. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do Leilão, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

7. DISCRIMINAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ITENS.

7.2. O objeto do presente leilão será composto por ITENS, conforme discriminação e avaliação constante do Anexo I deste Edital.

8. DOS LANCES.

8.2. A simples oferta de lance implica aceitação expressa pelo licitante de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital.

8.3. Será considerado vencedor o Arrematante que oferecer o maior lance, assim considerado maior valor nominal, igual ou superior ao preço mínimo, não sendo admitido lances de valores idênticos.

8.4. O leiloeiro, a fim de racionalizar os trabalhos, poderá estabelecer diferença mínima para sucessão dos lances, informando aos interessados antes da abertura de lances para cada lote.

8.5. Os lances efetuados são irrevogáveis e, se vencedores, geram uma obrigação contratual, na forma de promessa de compra, a qual deverá ser paga, na forma prevista no item 8.2, sob pena de cancelamento

da venda.

8.6. Os bens que não alcançarem lances iguais ou superiores aos seus mínimos estipulados pela Administração serão considerados **lances condicionados**, e somente poderão ser vendidos com a autorização da Administração. Neste caso, o Leiloeiro classificará e identificará a melhor oferta e submeterá à Administração que poderá decidir de imediato ou em até 05 (cinco) dias úteis.

8.7. Em caso de inobservância do disposto nos tópicos anteriores, poderá o bem, a juízo da Administração, voltar a ser apreendido no mesmo evento em que fora arrematado.

8.8. O material constante de um lote não poderá ser vendido separadamente.

9. SESSÃO DO LEILÃO.

9.2. O leilão será realizado no dia e horário deste edital.

9.3. Serão aceitos apenas lances iguais ou superiores ao valor da avaliação do bem. Sem prejuízo de que seja justificada a redução de tal valor em prol do interesse público, observando o disposto no subitem 7.1.

9.4. A segunda sessão somente ocorrerá, caso haja ITENS não arrematados na primeira.

10. DA ARREMATÇÃO E PAGAMENTO.

10.2. Será declarado Arrematante do lote em disputa, o participante que oferecer o MAIOR LANCE.

10.2.1. Finalizada a disputa, o Leiloeiro emitirá, em nome do Arrematante, o Recibo de Arrematação, a qual conterá as seguintes informações:

- a) Nome e qualificação completa do Arrematante, incluindo endereço residencial;
- b) Descrição do(s) bem(ns) arrematado(s);
- c) Valor de arremate; e
- d) Instruções sobre o pagamento dos bens e da comissão do Leiloeiro.

10.3. O Arrematante terá os seguintes prazos e condições para pagamento:

10.3.1. O valor dos ITENS arrematados será pago à vista (de uma só vez), no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a data do leilão, **por meio de guia judicial** a ser emitida pelo Leiloeiro e entregue no ato da adjudicação.

10.3.2. Já a comissão do Leiloeiro, no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado, deverá ser paga à vista (de uma só vez), no ato da arrematação por meio de pagamento em espécie, cartão de débito ou depósito na seguinte conta:

- **BANCO ITAU**
- **AGÊNCIA: 1928**
- **CONTA: 00933-9**
- **FAVORECIDO: Wesley Silva Ramos – CPF: 835.853.031-53**

10.4. A não comprovação dos pagamentos previstos nos subitens 10.2.1. e 10.2.2. implicará no cancelamento imediato da arrematação, gerando ao Leiloeiro o direito de cobrar sua comissão judicial ou extrajudicialmente.

10.5. Comprovados os pagamentos do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, será emitido o Nota de Venda de Leilão, documento apto a comprovar a regularidade da aquisição pelo Arrematante.

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES.

11.2. O Arrematante está incumbido das seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pagamento do ICMS de 20% (vinte por cento) sobre o valor da arrematação para o Estado de Roraima;
- b) Caso haja incidência de ICMS para retirada para outro estado seu pagamento será de inteira responsabilidade do Arrematante, devendo efetuar o pagamento assim que for cobrado, através de Nota Fiscal Avulsa, de acordo com a legislação tributária em vigor;
- c) É vedado ao Arrematante ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociar o lote antes do

pagamento e da extração da Nota de Venda de Leilão; e

d) Demais obrigações previstas neste Edital.

11.3. Ao Leiloeiro cabem as seguintes obrigações:

a) Realizar o leilão em dia e hora previamente designados pelo TCERR, dentro das normas do Contrato Administrativo no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Anexo I deste Edital;

b) Acompanhar a visita dos interessados ao local onde se encontrarem os bens a serem leiloados;

c) Realizar o leilão em local, próprio ou decorrente de contrato de locação, com infraestrutura mínima de funcionamento, que ofereça ao público interessado conforto e segurança;

d) Elaboração e apresentação, em até 15 (quinze) dias úteis após a realização do Leilão, de Ata de Leilão e Relatório Final, devendo conter, no mínimo os seguintes dados: descrição do bem; valor de avaliação; valor de arremate; CPF/CNPJ do arrematante; nome do arrematante; quantidade de ITENS arrematados; quantidade de ITENS não arrematados; quantidade e valor de ITENS em condicional, se houver; outros documentos solicitados pela Administração, julgados necessários a assegurar a perfeita transparência e publicidade do processo; e

e) Demais obrigações previstas neste Edital e no Contrato Administrativo.

12. DA RETIRADA DOS BENS.

12.2. O Arrematante obriga-se a retirar os bens arrematados em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Nota de Venda de Leilão, devendo observar que a não retirada no prazo mencionado, implicará em declaração tácita de abandono do mesmo, autorizando o Leiloeiro a retornar os bens ao depósito para ser leiloados em outra oportunidade;

12.1.2. O prazo de retirada poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, após pedido do Arrematante que deverá fundamentá-lo.

12.3. A retirada dos ITENS arrematados poderá ser feita nos seguintes horários, mediante prévio agendamento junto à Equipe do Leiloeiro: das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

12.4. Não será permitida a utilização das áreas onde estão armazenados os bens para montagem ou desmontagem do lote arrematado, bem como seleção do mesmo.

13. DA HOMOLOGAÇÃO.

13.2. A deliberação quanto à homologação do objeto do leilão será feita pelo Tribunal de Contas do Estado de Roraima, após a apresentação da Ata de Leilão e Relatório Final, nos termos do inciso IV do art. 71, da Lei nº 14.133/21.

14. DAS SANÇÕES E PENALIDADES.

14.2. O Tribunal de Contas do Estado de Roraima, observado o devido processo legal, contraditório e ampla defesa, poderá aplicar às pessoas físicas e jurídicas que participarem do leilão as seguintes penalidades previstas no artigo 155 e 156 da Lei nº 14.133/21:

a) ADVERTÊNCIA por escrito, na hipótese de infrações às regras deste edital que não acarretem prejuízo à Administração;

b) MULTA MORATÓRIA de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do lote arrematado, por dia de atraso na retirada dos bens, até o limite de 15 (quinze) dias;

c) MULTA COMPENSATÓRIA de 15% sobre o valor do lote arrematado, na hipótese de não retirada do bem, encerrado o prazo previsto na alínea anterior;

c) SUSPENSÃO temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Contas do Estado de Roraima, por um período de até 03 (três) anos, na hipótese de não pagamento nos prazos e condições previstas no item 10 e subitens.

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de até 03 (três) anos.

d.1) Para fins de aplicação da penalidade prevista na alínea "d", reputar-se-ão inidôneos atos de quem faz declaração falsa, bem como os descritos nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei

nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida em seu § 4º, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.3. O Leiloeiro encaminhará à Administração relatório circunstanciado contendo todos os fatos potencialmente ensejadores de penalidades aos participantes.

14.4. A autoridade competente na aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15. DOS RECURSOS:

15.2. Dos atos da Administração decorrentes cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) Anulação ou revogação da licitação;
- e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

15.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do *caput* do subitem 15.1. serão observadas as disposições previstas nos incisos I e II do §1º do artigo 165 da Lei nº 14.133/21.

15.4. Caso admitido, o recurso será decidido pelo Secretário Geral do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, devendo ser observadas as disposições contidas na Lei nº 14.133/21.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

16.2. O Tribunal de Contas do Estado de Roraima poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devendo anulá-la, por ilegalidade nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/21, sem que disso resulte para qualquer licitante direito ou pedido de ressarcimento ou indenização, ressalvados os casos previstos em lei.

16.3. Todas as despesas de transferências, remoção, documentos, bem como quaisquer outras correlatas, correrão por conta do Arrematante.

16.4. A descrição dos ITENS se sujeita a correções apregoadas no momento do leilão, para cobertura de omissões ou eliminações de distorções, acaso verificadas, desde que não modifiquem a essência dos ITENS.

16.5. A Administração poderá retirar do leilão qualquer um dos bens ou cancelar os mesmos, até a data de sua realização, sem que caiba nenhum direito de reclamação ou indenização aos participantes.

16.6. Não havendo expediente marcado para o início do leilão, por motivo de caso fortuito ou força maior, o mesmo começará no primeiro dia útil seguinte, mantido, porém, o mesmo horário e local.

16.7. Cópia desse edital poderá ser obtida por meio do sítio www.wrleiloes.com.br

16.8. Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria Geral.

Boa Vista/RR, 27 de julho de 2024.


WESLEY SILVA RAMOS

Leiloeiro Público

Mat. JUCERR 005/2016

WESLEY SILVA Assinado de forma digital
por WESLEY SILVA

RAMOS:83585303153
Dados: 2024.07.24

303153

10:05:54 -04'00'

ANEXO I - RELAÇÃO DOS ITENS

ITEM 01 (TOYOTA/COROLLA XEI 1.8/1.8 FLEX 16V AUT. – 2007/2008)

Valor Inicial do Lance: R \$ 13.293,69 (treze mil e duzentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos);

ITEM 02 (VW/AMAROK CD – 2014/2014);

Valor Inicial dos Lances: R \$ 28.371,24 (vinte e oito mil e trezentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos);

ITEM 03 (NISSA/FRONTIER S – 2014/2014);

Valor Inicial dos Lances: R\$ 30.834,62 (trinta mil e oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos);

ITEM 04 (VW/AMAROK CD – 2014/2014);

Valor Inicial dos Lances: R\$ 28.981,37 (vinte e oito mil e novecentos e oitenta e um reais e trinta e sete centavos);